

Brasília-DF, 16 de agosto de 2007.

Comando de Greve Nacional: Léia, JP, Luiz Antônio, Paulo Henrique, Cosmo, Maria Angela, Luizão, Almiram, Rolando, Chiquinho, Ricardo, Graça, Fatinha e Miguel (**Direção Nacional**); Sirle, João Batista, Maria Laudemira e Lazaro Manoel (**SINTET-UFU**); Rosangela, Edson, Janaina, Rose e Sergio (**SINDIFES-BH**); David Silva (**SINTUFEJUF**) Eurides, Mauro, Bené, Jorge e Guedes (**SINTFUB**); José Ferreira, João Portácio, Pedro Santiago e Evaldo (**SINTUFCE**); Eugenia, Nilson e Boaventura (**SINTUF-MT**); Rita, Edilene, Paulo, Valdemir e Carlinhos (**ASSUFBA-SIND**); Tatiana, Patrícia, Nilce, Chiquinho e Nivaldo (**SINTUFRJ**); Anselmo, José Roberto, Heloiza e Sandra (**SINTUFF**); José Anchieta, Rita e Lenilson (**SINTEST-RN**); Jairo Honório (**SINTUFEPE/FED**); Marcos Acioli e Jose Marcos (**SINTUFEPE/Rural**); Assis, Eduardo Luz, Manoel (**SINTUFSC**); Rogério (**ASSUFMS**); Clodoaldo, José Ferreira, Marinésio e Mafaldo (**SINTESPB**); Darci (**ASUFPEL**); Adilson (**ASSUFOP**); Rita e Vanda (**ASAV**); Luiz Fernando e Paraná (**SINDITEST-PR**); Paulo Menezes, Eunice e Gibran (**SINT-UFG**); Ivete-Nega Loira e Melissa (**SINTUNIFESP**); Cipriano, Maria Clara e Lucidio (**SINTUFMA**); Adailton (**UNIFEI/ASSEFEI**); Maria Simone e Hamilton (**SINTUFS**); Soares, Paulo Sérgio e Raimundo Jorge (**SINTUFPI**); Jorjão (**ASUNIRIO**); Salete, Arami e Maria de Lurdes (**ASSUFRGS**); Chiquinho (**SINTESAM**); Dario (**SINTEST-AC**); Joaquim e José de Carvalho (**SINDS-UFSJ**).

Presentes em Brasília: Atamaro (UFS); Keila Camelo (UFCE) e Cristina del Papa (UFMG).

OBS.: A atualização dos nomes dos integrantes do CNG sairá no próximo Informativo.

INFORMES NACIONAIS**81 DIAS DE PARALISAÇÃO
46 INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM GREVE**

ENTIDADE/IFE	GREVE	MOBILIZAÇÃO / Observações
NORTE		
01 - UFAC/SINTEST-AC	SIM	
02 - UNIR/SINTUNIR		
03 - UFPA/SINTUFPA	SIM	
04 - UFRA/SINTUFRA	SIM	
05 - UFAM/SINTESAM	SIM	
06 - UFT/SINDAD	SIM	
NORDESTE		
07 - UFPI/SINTUFPI	SIM	
08 - UFMA/SINTEMA	SIM	
09 - UFCE/SINTUFCE	SIM	
10 - UFRN/SINTEST-RN	SIM	
11 - UFERSA/SINTEST-RN	SIM	
12 - UFPB/SINTESPB	SIM	
13 - UFCG/SINTESPB	SIM	
14 - UFRPE/SINTUFEPE	SIM	
15 - UFPE/SINTUFEPE	SIM	
16 - UFAL/SINTUFAL	SIM	
17 - UFS/SINTUFS	SIM	
18 - UFBA/ASSUFBA	SIM	
19 - UFRB/ASSUFBA	SIM	
CENTRO-OESTE		
20 - UFG/SINT-UFG	SIM	
21 - UNB/SINTFUB	SIM	
22 - UFMS/SISTA-MS	SIM	
23 - UFGD/SISTA-MS	SIM	

24 - UFMT/SINTUF-MT	SIM	
SUDESTE		
25 - UFMG/SINDIFES-BH	SIM	
26 - UFOP/SIND-ASSUFOP	SIM	
27 - UFV/ASAV	SIM	
28 - UFLA/SINDUFLA	SIM	
29 - UFSJ/SINDS	SIM	
30 - UFTM/CLG - categoria	SIM	
31 - UFU/SINTET-UFU	SIM	
32 - EFOA/SINTEFOA		
33 - UFJF/SINTUFEJUF	SIM	
34 - UFSCAR/SINTUFSCAR	SIM	
35 - UNIFESP/SINTUNIFESP	SIM	
36 - UFRRJ/SINTUR-RJ	SIM	
37 - UFRJ/SINTUFRJ	SIM	
38 - UFF/SINTUFF	SIM	
39 - UNIRIO/ASUNIRIO	SIM	
40 - UFES/SINTUFES	SIM	
41 - UNIFEI/SINTUFEI	SIM	
SUL		
42 - UFPR/SINDTEST-PR	SIM	
43 - UTFPR/SINDTEST-PR	SIM	
44 - UFSC/SINTUFSC	SIM	
45 - UFRGS/ASSURGS	SIM	
46 - UFPEL/ASUFPEL	SIM	
47 - UFSC/ASSUFSC	SIM	
48 - FURG/APTAFURG	SIM	
TOTAL	46	

RELATO DA AUDIÊNCIA FASUBRA/MP, 16.08.07

Pela Bancada Sindical: Léia Luiz Antonio, João Paulo, Paulo Henrique, Almiram, Vera, Fatinha (Direção Nacional); Paulo Sérgio Nunes Menezes – SINT – UFG; Jorge Luis Teles Vieira – ASUNIRIO; Darci Cardoso da Silva – ASUFPEL; David Silva de Souza – SINTUFEJUF; Adailton Santos Oliveira – ASSEFEI; Benedito Boaventura – SINTUF – MT; Joaquim Rodrigues da Costa – SINDS-UFSJ.

Pelo Governo: Secretário de RH/MP Duvanier, Idel, Mary (equipe do MP) e Maria do Socorro (MEC).

Assessoria Parlamentar PT: Márcia.

Deputada PCdoB: Alice Portugal.

Observadores (SINASEFE): Jackson do Amor Divino e William do Nascimento Carvalho

A reunião foi aberta pelo Secretário Duvanier, colocando que o governo construiu uma contra proposta, com "alternativas de superação das diferenças entre as propostas". Reafirmou que a Mesa é um espaço de diálogo e construção coletiva de propostas. Em seguida entregou aos integrantes da Bancada Sindical, a contra proposta construída pelo governo, sugerindo o agendamento de uma reunião com uma representação, para o dia 17 de agosto às 10h00 da manhã, para que o governo possa explicitar melhor os detalhes da proposta.

A Bancada acatou a sugestão, cobrando esforço, por parte do governo, para a construção de mediação no processo negocial. Dando por encerrada a reunião, o Secretário reafirmou a agenda para o próximo dia.

Abaixo proposta apresentada pelo governo. O CNG, de posse do detalhamento da proposta, inclusive com repercussão, após a reunião agendada com o governo para as 10h00 do dia 17 de agosto, estará analisando o conteúdo da proposta, fazendo a avaliação política do momento da Greve, para disponibilizar ao conjunto da categoria, ainda neste fim de semana, as orientações e encaminhamentos, que deverão ser discutidos e debatidos nas AG's.

PLANO DE CARREIRA
DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

PROPOSTA

- 1) Extensão de Plano de Saúde para todos os servidores técnicos-administrativos das Instituições Federais de Ensino, a partir de novembro 2007;
- 2) Garantia de uma remuneração mínima de R\$ 988,00 a partir da vigência da 1ª Tabela e
- 3) Reestruturação da Tabela remuneratória, conforme disposto a seguir:

CLASSES		% AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL					
		2008		2009		2010	
		inicial	final	inicial	final	inicial	final
CLASSE	A	29.687%	29.99%	29.68%	29,99%	29.68%	29,99%
CLASSE	B	10.07%	10.19%	12.46%	16,11%	18.50%	22.34%
CLASSE	C	7.90%	10.84%	13.69%	16,80%	19.79%	23.07%
CLASSE	D	8,89%	11.40%	14,74%	17,38%	25,25%	28.14%
CLASSE	E	17.79%	20,07%	48.12%	50,99%	86.26%	89,87%

A Tabela acima apresentada retrata a aplicação dos seguintes parâmetros e movimentos sobre a situação atual:

- Incorporação à base da tabela remuneratória da parcela denominada Valor Pecuniário Individual- VPI (R\$ 59,87);
- Manutenção do **step** de 3,6 % entre os padrões remuneratórios;
- Manutenção da Parcela denominada Vencimento Básico Complementar – VBC;
- Mudança na interpolação da Classe C para D: de P 16 para P 17 em 2010;
- Mudança na interpolação da Classe D para E: de P20 para P23 em 2008, P28 em 2009 e de P28 para P33 em 2010; e
- Vigência das alterações remuneratórias propostas: JUL 2008, JUL 2009 e JUL 2010.

INFORMES DA CUT

Mais de 20 mil em Brasília

Ofensiva cutista pelos direitos toma a Esplanada

"Concluimos esta manifestação em frente ao Congresso plenamente vitoriosos, com a CUT aliando negociação à organização e à mobilização para garantir conquistas. Reunindo mais de 20 mil companheiros e companheiras, esquentamos os tambores para as campanhas salariais do segundo semestre e para a nossa grande marcha do final de ano. Revigoramos nossas energias, demonstramos poder de convocação e reafirmamos nossa independência e autonomia para pressionar os patrões e o governo com o objetivo de afirmar a nossa pauta sobre a agenda dos perdedores das últimas eleições".

Com estas palavras o presidente nacional da CUT, Artur Henrique, sintetizou o espírito que tomou a Esplanada dos Ministérios nesta quarta-feira, 15 de agosto, Dia Nacional de Luta da Central. "Tivemos caravanas que enfrentaram 40, 50 horas para estarem aqui, o que demonstra a determinação e a

consciência dos cutistas frente aos desafios colocados no atual momento. A hora é de ampliar a pressão para fazer valer a pauta da classe trabalhadora, sintetizada na nossa palavra de ordem: "Garantir direitos, ampliar conquistas", ressaltou.

De acordo com o dirigente cutista, a pressão da classe trabalhadora deve ser exercida em várias frentes, "junto ao Congresso, ao Judiciário e ao Executivo". "Mais do que um dia de mobilização, o que temos é uma jornada de lutas, que potencializa as várias iniciativas de distintas categorias por melhorias nas condições de vida e trabalho, seja pela redução da jornada, pelo combate à informalidade ou contra a limitação do direito de greve".

Desde as primeiras horas da manhã, trabalhadores e trabalhadoras das mais variadas categorias e estados começaram a chegar em caravanas à Esplanada, como os cearenses, que enfrentaram 48 horas de estrada. De capacete, os trabalhadores da construção civil ergueram faixas contra a Emenda 3 - que assalta direitos como o 13º, as férias e a aposentadoria - e em repúdio à terceirização, que vitima mais de 70% da categoria, conforme admitido pelos próprios empresários. *Há 78 dias em greve, funcionários das universidades brasileiras defendiam a necessidade da aceleração de uma política de recomposição salarial.* Com bom humor, trabalhadores da alimentação desfilaram vestidos como frangos gigantes, empurrando uma cadeira de rodas com o trabalhador lesionado empunhando um cartaz com a frase: "Não agüentei o ritmo". Da mesma forma, foram lembrados os canavieiros que têm morrido por estafa no Estado mais rico do país. Vestida de verde, a delegação de trabalhadores da educação pública levantava bandeiras em defesa do Piso Nacional (Não abro mão, diziam as camisetas). Agricultores familiares da Contag e da Fetraf destacavam a luta pela mudança no Índice de Produtividade e medidas de apoio à reforma agrária.

Foram várias as formas de expressar a defesa da pauta de reivindicações.

"Aperto" no Congresso - No ato político em frente ao Congresso, os manifestantes realizaram o prometido "abraço" ao Congresso Nacional, logo rebatizado pelos presentes como "aperto". Após a revogada de bexigas vermelhas, teve início a sucessão de falas políticas de dirigentes de todos os ramos.

Grande parte das falas foi dedicada à luta dos servidores federais, parte essencial da pauta do Dia Nacional de Luta da CUT. Dirigentes da FASUBRA reafirmaram o "orgulho de ser filiada à Central Única dos Trabalhadores", nas palavras de Paulo Henrique, dirigente da federação.

Lúcia Stumpf, presidenta da UNE, que participou da mobilização desde o início, destacou em sua fala a defesa das mulheres em decidir sobre seu próprio corpo. "Os trabalhadores defendem a descriminalização do aborto", disse, numa referência direta a um ato anti-aborto marcado para o período da tarde desta quarta, em Brasília. Foi aplaudida antes de arrematar: "A unidade dos movimentos sociais, ao lado da CUT, é pela construção de um Brasil melhor".

Negociação coletiva vai sair - Artur fechou o ato, iniciando pelo informe dos resultados de uma audiência com o ministro Paulo Bernardo, marcada para as 11h - o que obrigou um grupo de seis dirigentes a se ausentar por 40 minutos da atividade de rua. O presidente relatou que o Ministério havia se comprometido com o atendimento de três reivindicações da Central. O envio da Convenção 151 ao Senado, para ratificação, será feito pelo governo até o dia 7 de setembro, no máximo. Nesse período, o governo e uma representação de servidores federais vão elaborar o texto de emenda constitucional para adequar a legislação vigente à 151, de modo que ambos os textos estejam prontos no mesmo período. O PLP será revisto. "Isso é decisão tomada, vamos fazer", havia dito Paulo Bernardo durante a audiência. Informado de que o deputado Fernando Pimentel, relator do projeto na Câmara, dissera que esperava uma sinalização do governo, Bernardo telefonou-lhe. Ficou marcado para a próxima semana o início das mudanças necessárias ao projeto - que o governo se recusa a retirar integralmente.

Durante a audiência, ficou acertado também que a proposta de criação de fundações estatais será revista, a partir de debates setoriais, conforme acertado no dia anterior com o ministro José Gomes Temporão, da Saúde, no dia anterior (*leia no IG2007 AGO-11 sobre o resultado das audiências de terça*). Bernardo garantiu também que o governo vai estabelecer o processo de eleição direta de trabalhadores para o conselho de administração das empresas estatais.

"Aqui estão os incansáveis, os trabalhadores e suas entidades de luta. Temos imensos desafios pela frente. Os passos que demos nos últimos dias, em nosso processo de mobilização e negociação, representam avanços inegáveis. Mas há muito por fazer, por isso devemos nos manter mobilizados e não temos tempo para sentir cansaço", disse Artur.

INFORMES DA BASE

SINTESPB/UFCEG: "Assembléia dos servidores da UFCEG aprova continuidade da greve

Após 79 dias de atividades paralisadas, os servidores da UFCEG reunidos em mais uma assembléia-geral, realizada na manhã desta quarta-feira, no auditório da Reitoria, que teve como principais pontos de pauta a avaliação da proposta do Governo Federal e da contraproposta apresentada pela FASUBRA sindical, decidiram pela continuidade da greve até que as negociações avancem e cheguem ao patamar desejado pela categoria.

Os técnico-administrativos da UFCEG deliberaram também pela manutenção da unidade com saída unificada do movimento grevista só após orientação do comando Nacional de Greve.

Na próxima quinta-feira, dia 16 de agosto, quando está prevista uma nova rodada de negociações entre os representantes do Governo Federal e membros do CNG/FASUBRA, sendo considerado o dia D para o movimento grevista dos trabalhadores em ensino superior do país, os servidores da UFCEG.

A assembléia-geral do SINTESPB autorizou ainda o Comando Nacional Greve a negociar com o Governo, tomando sempre como base as deliberações aprovadas na plenária nacional da FASUBRA realizada em maio deste ano e que a próxima proposta apresentada pelo Governo seja encaminhada de imediato aos sindicatos para que seja apreciada pelas assembléias de base.

Na parte dos informes, o coordenador de Recursos Humanos da UFCEG pediu a palavra para revelar que o retroativo referente à avaliação de desempenho será implantado no contracheque de agosto, referente ao período de janeiro a junho de 2007 e que os exercícios anteriores, por serem findos, estão sem previsão de pagamento".

ASSUFMS: "A última assembléia de greve dos técnico-administrativos - nesta terça 14 - foi pontuada por forte debate sobre a representação da categoria no comando nacional de greve.

Conforme o comando local a participação de Ricardo Feuerharmel neste período deve se ater a sua condição como coordenador da Fasubra e não como delegado em substituição de Jorge Trindade por questões internas. A decisão foi discutida no comando Local de Greve, que por maioria decidiu que o colega Ricardo não ficaria como delegado da Assufms e a decisão do Comando Local foi ratificada em assembléia no dia 14 de agosto de 2007, no auditório Gulerpe. A votação da possibilidade de Feuerharmel passar a condição de delegado neste período, foi encaminhada por Wilson Severo da Rosa - coordenador geral. O resultado da votação foi o seguinte:- teve 12 votos a favor. Os votos contrários foram 27. As abstenções foram 8. Com isso ficou ratificada a decisão do comando que Ricardo esteja em Brasília na condição de membro da Fasubra e não como delegado de base. Foi deliberado que no dia 16 de agosto o comando irá ocupar a reitoria. A nova assembléia ficou marcada para terça-feira, dia 21 de agosto, às 14:00 no Gulerpe.

A assembléia reuniu 190 servidores que antes do debate sobre a representação no comando contou com informações do delegado Rogério Joaquim da Silva presente no comando nacional. (jorn. Maria Luiza Barreto Dorneles reg. 4256)".

ASSUFBA (UFBA/UFRRB): "Segue em anexo o arquivo enviado pela Associação dos Professores Universitários da Bahia - APUB, para o nosso Sindicato.

NOTA DE APOIO

Os acordos devem ser cumpridos. Esta posição, que traduz lição milenar do Direito Romano ("pacta sunt servanda"), é o principal motivo da greve dos servidores técnico-administrativos e do apoio que, mais uma vez, damos à categoria.

A ASSUFBA e a FASUBRA reivindicam o cumprimento de Termo de Acordo firmado em 2004 e que vinha sendo implantado por etapas.

O governo precisa entender que o "financeirismo" e a mesquinhez da equipe econômica atacam o que deveria ser o seu maior patrimônio - a credibilidade.

Realçamos também que uma característica marcante da ação da ASSUFBA e FASUBRA tem sido a apresentação de pauta de reivindicações com pontos precisos, tensionando o governo dentro das possibilidades políticas e orçamentárias. A ASSUFBA e a FASUBRA têm mostrado capacidade de negociar e obter resultados eficazes. Estamos certos de que o sucesso na atual negociação depende, fundamentalmente, do reconhecimento, pelo governo, da importância do servidor público e de cumprir acordos que assinou e promessas que fez".

SINTUFAL: "Pouco antes das 7h fechamos o portão de acesso ao campus AC Simões e com faixas, carro de som, bandeiras e a distribuição de panfletos iniciamos o ato público, impedindo todo o acesso de carros a Ufal que permaneceu fechada até o final da manhã, provocando grande concentração de pessoas na entrada.

Quem queria entrar caminhando no campus não era impedido, só que tinha acesso com o carro.

A manifestação provocou um engarrafamento na BR 316, em frente ao campus, dificultando o trajeto no local. O protesto obteve uma excelente cobertura na mídia, pois foram feitas matérias para sites de notícias, lideranças deram entrevistas em programas de rádio, as principais emissoras de televisão estiveram presentes e os jornais (os três que existem no Estado) também, dando grande visibilidade a nossa greve.

Vários grevistas deitaram na estrada de entrada do campus, caracterizados de palhaços, impedindo o trânsito e mostrando para comunidade a situação do servidor que se encontra com cara de palhaço e indignado, diante da morosidade do governo nas negociações".

SINTUFERPE: "O COMANDO LOCAL DE GREVE DA UFRPE EM REUNIÃO REALIZADA HOJE, DIA 15 DE AGOSTO DE 2007, DELIBEROU O SEGUINTE:

DIANTE DA ORIENTAÇÃO NACIONAL DO CNG/FASUBRA, O CLG DA UFRPE REALIZOU A SEGUINTE ATIVIDADE NA EDITORA DA UNIVERSIDADE:

1) LACRAMOS TODO O SETOR DE TIPOGRAFIA ATÉ QUE O GOVERNO ACEITE A PROPOSTA DA FASUBRA. O SETOR DE TIPOGRAFIA É A ALMA DA CONFECÇÃO DE TESES DOS ESTUDANTES DA UFRPE;

2) AMANHÃ 16 DE AGOSTO DE 2007, HAVERÁ PLENÁRIA ESTADUAL DO SINTUFEPE, PARA ENCAMINHAR O VII CONGRESSO ESTADUAL. O SINTUFEPE UFRPE APROVOU EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DO CORRENTE, 35 DELEGADOS (AS) E 18 OBSERVADORES (AS).

3) COMO ATIVIDADE DE GREVE SERÁ REALIZADA UMA PALESTRA SOBRE ALCOOLISMO E DROGAS NA SEDE DO SINTUFEPE/UFRPE NA PRÓXIMA SEMANA.

4) FORAM LIDOS OS INFORMES DOS NOSSOS DELEGADOS QUE SE ENCONTRAM NO COMANDO NACIONAL DE GREVE EM BRASÍLIA".

APTAFURG: "Estamos encaminhando ao GNG o posicionamento do CONSUN quanto ao Movimento de Greve em reunião realizada no dia 10 de agosto .

1º) Indicação do Gabinete do Conselho Universitário - Proposta de manifestação do Conselho Universitário sobre o movimento de paralisação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação - A indicação foi lida pelo Cons. Ernesto, com a seguinte redação para a conclusão: "Propomos que o CONSUN reconheça como justas as reivindicações dos técnicos administrativos em educação, solicitando que os órgãos do Governo Federal, com autoridade de decisão, encontrem alternativas para restauração imediata das atividades à normalidade na Universidade". Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão, quando foram registradas as seguintes manifestações: O Cons. Cleber solicitou informação a respeito do índice de adesão dos TAE da FURG no movimento grevista. O Senhor Presidente informou que existe uma estimativa de participação da categoria em torno de 45%, excetuando-se os servidores lotados no HU. O Cons. Cleber disse ter dúvidas com relação ao CONSUN posicionar-se sobre o movimento, em função do baixo índice de adesão, em sua opinião. O Cons. Krug solicitou posição dos técnicos a respeito da recente decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à garantia de contratação de servidores apenas através do regime estatutário, tendo em vista ser esse um dos pontos de reivindicação da categoria e também sobre as recentes reuniões do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) com o comando nacional de greve dos técnicos. A Cons. Maria de Lourdes agradeceu ao Conselho pela oportunidade de estarem participando da reunião e informou que historicamente o CONSUN tem se posicionado a respeito dos movimentos de greve dos TAE. Explicou que a decisão do STF foi apenas em forma de liminar não estando garantida a manutenção definitiva do regime de contratação pelo RJU. Registrou a ausência do Ministério da Educação (MEC) na mesa de negociação com o governo e que apenas nesta semana foi realizada uma proposta concreta de recursos para serem aplicados na carreira dos TAE. Fez alguns comentários a respeito das características dos Projetos de Leis em tramitação no Congresso Nacional relativos a possibilidade de congelamento dos recursos orçamentários para pessoal nas Instituições por um período de dez anos e também sobre o projeto referente à implantação de fundações estatais que também encontra-se em tramitação no legislativo. O servidor Antonio Silveira registrou o fato da não existência do instituto da negociação coletiva para a categoria dos servidores federais, a exemplo do que ocorre com os trabalhadores da iniciativa privada, sendo isso um dos pontos de pauta das

reivindicações da categoria. Com relação ao sentimento de alguns de que parece ser uma greve sem muita visibilidade disse que a categoria trabalha em âmbito regional e que, talvez por isso, pareça uma greve de certa forma mais fraca do que em outras oportunidades. Citou a realização de uma audiência pública na Câmara de Vereadores local, a qual contou com a presença do Reitor da FURG. Enalteceu a presença dos técnicos no fazer coletivo da educação no interior da Universidade. A Diretora Clarisse registrou que, na sua avaliação, o movimento grevista é bastante forte, principalmente com relação às bibliotecas da FURG, as quais estão com o funcionamento prejudicado. O Cons. Pomar também citou que na sua visão o movimento dos TAE é forte e disse concordar com a indicação do gabinete do conselho no sentido de que o CONSUN deve se manifestar a respeito do tema. Sugeriu que o texto da conclusão fosse direcionado ao Ministro da Educação com relação à solicitação de providências, sugerindo a substituição da palavra "justas" por "legítimas". A Cons. Zulema explicou que os servidores do HU estão inseridos no movimento dos técnico-administrativos, porém não na forma de paralisação, pois entenderam que isso traria prejuízo à população usuária do HU já que recentemente o hospital passou por um processo de paralisação de seus servidores. O Cons. Schmitz concordou que deve haver definição de Ministério. Disse que os docentes têm pontos em comum com as reivindicações dos TAE e manifestou seu desagrado em não contar com nenhum representante da APROFURG na reunião. A Cons. Méri disse que o Conselho deve discutir a respeito dos pontos de reivindicação dos TAE e não dos métodos utilizados pela categoria, pois isso cabe ao próprio movimento avaliar. Fez referência aos pontos levantados no relatório da indicação que devem ser discutidos pelo Conselho, pois a decisão reforçaria a negociação que os TAE mantêm com o Governo Federal. Acha também que o texto da conclusão pode ser melhorado, pois está em uma forma muito generalizada. Discordou da expressão "restauração imediata das atividades à normalidade". Chamou atenção para o fato do Programa REUNI não fazer qualquer referência à reposição do quadro de TAE das Instituições. O Senhor Presidente disse ser necessário o registro de que dentro do REUNI também poderá ocorrer reposição do quadro de pessoal técnico das Universidades. O Cons. Cleber disse que veio preparado para discutir posicionamento relativo ao movimento de greve dos TAE da FURG e não a respeito de cada ponto levantado, pois entende que para isso seria necessária uma reunião específica. A Cons. Méri justificou seu afastamento da reunião nesse momento devido a um compromisso assumido anteriormente. O Cons. César também se ausentou justificando ter que atender a uma emergência em seu laboratório. O Cons. Eduardo contrapôs-se à posição do Cons. Cleber dizendo preocupar-se com a possibilidade do CONSUN não vir a manifestar-se sobre o tema pela argumentação apresentada. Com relação ao fato de ser extemporânea a posição do CONSUN discordou frontalmente explicando que historicamente tem sido muito importante o posicionamento do Conselho a respeito dos movimentos de paralisação. O Cons. Mário Chim solidarizou-se com todos os técnicos que, apesar do movimento instalado pela categoria, permanecem em seus locais de trabalho. Acha também que na conclusão da indicação as reivindicações devem ser direcionadas ao MEC chamando o Ministério às suas responsabilidades. Criticou a posição deste Governo que, na sua visão, sempre esteve ao lado dos movimentos e agora age desta forma, externando sua preocupação com relação à demora na conclusão das negociações. O Cons. Pomar disse entender que o Conselho não deve discutir o peso da participação dos TAE no movimento, e sim os motivos que os levaram a tal paralisação. O Cons. Ernesto explicou que a pauta dos TAE é muito ampla e a indicação foi elaborada no sentido de apanhar os principais pontos de reivindicação, citando que a conclusão está de forma genérica com relação ao Governo Federal, em função de que os pontos da pauta dizem respeito a vários ministérios, mas colocou-se à disposição para receber contribuições em nome do Gabinete do CONSUN. Finalizou dizendo que se vamos definir um órgão do Governo Federal para deliberar sobre a pauta, deve ser o MPOG, pois este já está negociando com a categoria e é quem tem poder de decisão sobre acréscimo de recursos orçamentários e política de Recursos Humanos. A Cons. Beth disse concordar com a substituição da palavra "justas" por "legítimas", pois dará mais força a decisão do Conselho na sua conclusão e propôs que na conclusão conste MEC e demais órgãos do Governo Federal. O Cons. Vanderlei disse que a situação de paralisação dos TAE na FURG é preocupante, citando as unidades mais prejudicadas, e afirmou que o sentimento de alguns de que a adesão não é grande se dá provavelmente em função da sensibilidade que ambas as partes têm em encontrar formas de solucionar algumas questões. Disse ainda que se for o caso de nominar ministérios no texto, o MPOG deve ser incluído. O Senhor Presidente disse que o debate travado no Conselho dá a dimensão do movimento dos TAE. Registrou o atraso que ocorreu no envio da solicitação de manifestação por parte do comando de greve e a dificuldade do movimento em nível nacional. Disse também concordar que pelo envolvimento nas negociações de diversos órgãos, incluindo o Legislativo, fica difícil de precisar os Ministérios, no texto da manifestação, apoiando por fim a sugestão encaminhada pelo gabinete do Conselho. O Cons. Cleber fez questão de registrar que na sua avaliação a adesão atual dos TAE ao movimento grevista não justifica um posicionamento do Conselho Universitário. O Cons. Pomar explicou que o direcionamento do documento deve ser dado ao MEC pela ligação direta da

Universidade com este, porém, a divulgação deve ser dada a todos os demais órgãos envolvidos. Por iniciativa do Cons. Pomar, contando com a colaboração de vários conselheiros chegou-se ao seguinte texto para a conclusão da indicação do Gabinete do CONSUN: "Propomos que o CONSUN reconheça como legítimas as reivindicações dos TAE e manifeste ao MEC, e demais órgãos envolvidos sua preocupação com a demora das negociações esperando breve solução que contribua à normalidade deste relevante serviço público". O Senhor Presidente consultou os membros do gabinete do CONSUN que concordaram com a nova redação proposta pelo grupo de conselheiros. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto, a conclusão da indicação do Gabinete do CONSUN com as alterações promovidas pelo plenário, foi colocada em votação e aprovada por maioria, contando com três votos contrários. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, com a concordância do plenário, informou que a ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Fábio Simões da Costa, que secretariei a reunião. Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin. Fábio Simões da Costa. Presidente do CONSUN SECRETÁRIO"

SINTEST-RN: "Audiência Pública discute Projeto de Fundações

Fruto da iniciativa do SINTEST e do Comando Local de Greve, Deputado Álvaro Dias encaminha discussão sobre o PLP 92/07 na Assembléia Legislativa. Os técnico-administrativos do Rio Grande do Norte seguem cumprindo seu papel em defesa dos HU's e contra a privatização desses hospitais. A realização de uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado na manhã desta terça-feira foi apenas a continuidade de uma luta que vem sendo travada há algum tempo. Um ônibus partiu para o local lotado com membros do CLG - RN. A audiência foi encaminhada pelo Deputado Estadual Álvaro Dias (PDT) e contou com representantes de várias entidades e setores envolvidos com a questão. Formando a mesa estavam o Deputado Álvaro Dias, o Reitor da UFRN - Ivonildo Rego, o Secretário Adjunto de Saúde do Estado - Petrônio Spinelli, o Pres. do Sindicato dos Médicos - Dr. Geraldo Ferreira, a Pres. do SINDSAÚDE - Sônia Godeiro, o Coordenador Geral do SINTEST/RN - Sandro Pimentel, o Pres. Do Conselho de Medicina Jackson Negreiros, Paulo Bandeira pela CUT e José Antônio pela Força Sindical.

Um número grande de representantes para discutir um mesmo assunto, mas que surpreendentemente convergiram na mesma posição: o Projeto de Fundações não é a salvação para a crise vivida pelos HU's e muito menos para a saúde no país. Ao contrário! A aprovação do PLP92/07 pode vir a gerar outros problemas. É o que garante os debatedores presentes à mesa, com exceção do Reitor Ivonildo Rego que não declarou diretamente ser a favor do Projeto fazendo um discurso na linha da imparcialidade. Para Álvaro Dias o envio do Projeto de Fundações caracteriza a imposição da política neoliberal iniciada por FHC e continuada por Lula. Petrônio Spinelli lembrou que o Projeto não trata apenas dos HU's e da saúde mais também de outros setores como ciência, tecnologia e turismo.

Para o Pres. Do Sindicato dos Médicos existe um problema bem maior e que antecede ao do modelo de gestão: o problema de financiamento. Para ele o Governo está ensaiando uma resposta para a sociedade para a crise pela qual passa a saúde pública no país inteiro. Sandro Pimentel, representando o SINTEST e a FASUBRA lamentou a ausência dos deputados estaduais da casa e avaliou que não podia existir assunto mais importante naquela manhã que a defesa do serviço e da saúde pública. Sandro lembrou dos mais de 80 dias de greve dos técnicos da UFRN que é também em defesa dos HU's e disse: "O cerne da questão não está na gestão. Senão os dirigentes dos hospitais seriam uns incompetentes e eles não são! O problema é falta de recurso!". Sandro deixou clara a preocupação que existe se o projeto for aprovado e as perdas que todos que mais precisam terão.

Já o Reitor da UFRN disse não ter a mesma preocupação com o PLP92/07, uma vez que para ele, o artigo incluído sobre os HU's no projeto garante a discussão nos conselhos superiores da universidade. Sônia Godeiro do SINDSAÚDE lembrou que o processo de privatização é comum no Governo Lula e já vem acontecendo em vários setores, como na Petrobrás, por exemplo. Sônia tocou num assunto que também amedronta: como ficará o ensino, a pesquisa e a extensão? Para ela não mais existirão pesquisas baseadas nas necessidades reais da sociedade e sim baseada nas exigências de mercado. Além disso, Sônia teme que existam diferenças de atendimento nos hospitais dependendo do usuário: se do SUS, de Planos de Saúde ou de particular. Os dois representantes das centrais sindicais (CUT e Força Sindical) também se posicionaram contra o PLP92/07. Paulo Bandeira, representante da CUT leu nota que está disponível na Internet em que a central se coloca contra o projeto de Fundações. Por último foi aberto espaço para a sociedade que acompanhava a audiência.

Mais uma vez o saldo foi muito positivo e pelo menos até o momento não se ouviu falar de nenhum elemento relevante que fosse favorável à aprovação do projeto. Se você ainda não assinou o abaixo - assinado contra a privatização dos HU's ainda está em tempo. Procure os diretores do SINTEST/RN nas atividades de greve ou na sede do sindicato!

SINTAD-UFT: "Em assembléia, os servidores decidiram fechar os portões da universidade no dia 16 de agosto durante duas horas. Começar às 7 e terminar 9 da manhã.

Aqui no Tocantins a UFT tem sete Campi, a distância geográfica é imensa por isso não dá para fazer um ato único. Todavia, os servidores daqui estão confiantes que um ato sincronizado em todas as ifes nesse dia 16 pode sustentar o fôlego do movimento. Além disso, os servidores decidiram que farão assembléia no dia 20 para avaliar as negociações em curso pelo CNG.

RAZÕES PARA A CONTINUIDADE DA GREVE

Leitura Rápida:

- A resistência neste momento é crucial para forçar novas rodadas de negociação;
- Ganhar tempo para ações junto a parlamentares e caravanas à Brasília.
- Evitar o desgaste de só retomar a greve em agosto;
- O fim precipitado da greve representaria fraqueza e falta de coesão da categoria;

Leitura Detalhada:

1. Desejamos compartilhar com os colegas dos demais *campi* algumas avaliações feitas pelo comando de greve de Araguaína. Estas avaliações objetivam três coisas: 1) trazer para o movimento os que ainda estão fora; 2) manter o entusiasmo e a determinação dos que ainda continuam; 3) unificar os companheiros(as) num esforço conjunto, intensificando a base de apoio local em sintonia com o movimento nacional.

2. A primeira avaliação é sobre o equívoco da pressa em retornar ao trabalho. Um retorno precipitado ao trabalho, além de enfraquecer o apoio da base ao movimento nacional, não garante nenhum avanço nas negociações em Brasília. Pelo contrário, incentivar o governo a manter-se irredutível às reivindicações, abortando qualquer possibilidade de conquista pela categoria. O governo, ao estipular um prazo de 70 dias para apresentar uma proposta, já sinaliza com a tática mal-intencionada de "matar no cansaço", tática que impressiona facilmente grevistas de primeira viagem, cujo efeito imediato é o pensamento derrotista do tipo "isso não vai dar em nada", "não adianta fazer greve", "essa luta é um esforço inútil", etc. Se isso fosse verdade absoluta, ainda teríamos escravos, as mulheres ainda estariam confinadas, sem trabalhar ou votar em eleições, os sindicatos (do setor privado) não teriam suas reuniões com seus patrões para dialogarem sobre o dissídio coletivo, etc.

3. Ora, na mesma medida em que os administradores têm pressa em nos fazer retornar ao trabalho, nós também temos pressa - não em retornar de qualquer jeito ao trabalho - mas de forçar uma rodada decente de negociação lá em Brasília, para que sejam atendidos os pontos básicos de nossas reivindicações. Do contrário, não terá valido a pena termos sangrado até agora. E, por mais inacreditável que possa parecer, será, sobretudo por fazermos jogo duro em não retornar, que o governo começará a ter pressa em nos levar a sério. Aí sim, teremos melhores chances de dialogarmos de igual para igual com os representantes do governo, porque eles sentirão que estamos firmes e convictos do que reivindicamos. Resumindo, para fechar este ponto: um retorno precipitado trará mais prejuízos do que uma continuidade do movimento.

4. A segunda avaliação é sobre a forma de decidir pelo fim da greve. Gostaríamos de lembrar aos companheiros(as) que a decisão de entrar na greve foi tomada numa assembléia geral, fato que lhe confere o caráter de decisão soberana e legítima da categoria. Se entramos na greve por decisão de assembléia geral, só poderemos sair dela por igual processo. Partindo dessa premissa, não terá legitimidade e nem soberania nenhuma decisão que venha a ser tomada isoladamente, por qualquer um dos *campi*, ainda que seja o de Palmas. Portanto, companheiros(as), qualquer decisão que venhamos a tomar, seja para continuar ou para suspender o movimento, só será legítima e soberana se for por uma assembléia geral. Nós, de Araguaína, desejamos que esta assembléia seja para anunciar, se for o caso, não só o fim da greve, mas sobretudo a vitória do movimento, com a aprovação de nossas reivindicações salariais. Este será um motivo legítimo para anunciar o fim da greve. Qualquer um outro, com exceção do corte do ponto, deverá ser calmamente avaliado.

5. A terceira avaliação é sobre o esvaziamento das férias de julho. Acharmos que ele não representa problema para o movimento, porque, se por um lado a greve perde visibilidade para alunos e professores ausentes dos *campi*, por outro nos poupa do desgaste que o enfrentamento nos impõe quando os *campi* estão cheios. Na nossa avaliação, isto favorece o movimento, porque não será preciso mobilizar muita gente para mantê-lo. Até mesmo porque muitos dos colegas servidores entrarão de férias, ficando só a metade do contingente nos *campi*. Portanto, não vemos razões justificáveis para suspender o movimento em julho, para só retomá-lo em agosto. Ademais, retomar a paralisação em agosto demandaria um esforço hercúleo, já que inúmeras assembléias teriam que ser realizadas em todas as IFES, ficando mais difícil ainda, mobilizações naquelas que são multi-campi, como é o caso da UFT.

6. Uma outra avaliação é sobre o conflito de hierarquia e autoridade que acomete alguns colegas. Gostaríamos de lembrar os companheiros(as) que, numa situação de greve, as hierarquias e as autoridades oficiais ficam automaticamente suspensas, só sendo reconhecida sua legitimidade quando

do retorno à normalidade oficial. Ou seja, durante a greve, a orientação que reclama lealdade e que passa a vigorar é a dos representantes de nossa categoria, através do comando de greve, primeiro o nacional, e depois o local. Portanto, não é ilegítimo recusar o atendimento das autoridades oficiais, tais como chefes de setores, coordenadores, professores, diretores ou até mesmo o reitor. Tanto isto é verdade que aqui em Araguaína estas autoridades oficiais estão se resguardando de tentar nos convencer a parar o movimento. Eles entendem que não estamos contra chefes, diretores e reitor, mas contra o injusto e vergonhoso tratamento que é dispensado pelo governo à nossa categoria. Assim, recusar a autoridade local, neste momento específico da greve, é um direito do servidor, não caracterizando de maneira nenhuma rebeldia gratuita ou irresponsabilidade funcional. Pedimos aos companheiros(as) que reflitam sobre isto, sobretudo àqueles que, por exercerem o direito de optar pela lealdade à decisão coletiva da categoria, ao invés de alinharem-se com as autoridades oficiais, mergulham num sentimento de culpa que não tem razão de ser.

7. É preciso não perder o foco do movimento, invertendo prioridades. A prioridade nº 1 é a aprovação do plano de carreira, com o cumprimento da tabela da Fasubra, que fixa valores de 6,8 salários para técnicos de nível médio e 10,16 salários para técnicos de nível superior. Reflitam, companheiros(as): só quem pode lutar por esta conquista somos nós; o governo jamais olhará para nós se não pelo peso da pressão, como está ocorrendo com esta greve. Diretores, professores e alunos, por mais boa intenção que tenham, não lutarão por nós, porque já estão ocupados com seus próprios problemas. É o futuro da categoria que está em jogo, com a oportunidade de conquistar melhorias significativas. Além de ser uma oportunidade de ouro, que não deve ser desperdiçada, lembramos os companheiros(as) que esta também é uma corrida contra o relógio, visto que o governo Lula só vai até 2010, e depois dele, ninguém garante que teremos oportunidades semelhantes de negociação. Ou seja, ainda que o governo Lula imponha dificuldade nas negociações, o andar da carruagem, politicamente falando, sinaliza para tempos mais difíceis em termos de negociação. Assim, é mais prudente não correr o risco de desmobilizar e postergar a negociação para futuros governos. A esta altura, questões particulares e individuais tornam-se infinitamente menores do que esta oportunidade. No final da greve, o acúmulo de serviço atrasado será ínfimo em relação à nova condição. Fernando Pessoa dizia que "tudo vale a pena se a alma não é pequena". No caso específico da greve, tudo terá valido a pena se o salário deixar de ser tão pequeno.

8. Para finalizar, reiteramos que: o retorno precipitado é um equívoco que só trará prejuízos; a intensificação do movimento é a única forma de fazer com que o governo tenha pressa em nos levar a sério; só será legítima e soberana uma decisão de sair da greve tomada em assembleia geral, após discussão sobre a mesma; o esvaziamento das férias de julho não justifica uma suspensão do movimento, para só retomá-lo em agosto.

9. Ainda que esta avaliação seja específica do comando de greve de Araguaína, achamos válido fazê-la e compartilhá-la com os demais *campi*. Cremos ser uma maneira de contribuir com o movimento. Estamos à disposição dos colegas para discutir possíveis divergências com nossa avaliação. Torcemos para que aqueles que ainda não estão na campanha, entrem; e aqueles que já estão, permaneçam. Com coragem, fé e esperança, Até a vitória!"

CALENDÁRIO DE ATIVIDADE

Data	AGOSTO
21 e 22	Marcha das Margaridas em Brasília
23 A 26	3º Encontro Nacional de Sindicalistas e Militantes Anti - Racismo da CUT em São Paulo
26	Plenária Nacional dos SPF's - Brasília
A Definir	4º Encontro dos Servidores Negros e Negras e Militantes do Movimento Anti-Racismo Técnico-Administrativos em Educação das IES
SETEMBRO	
OUTUBRO	
08 a 12	XVII Seminário Nacional de Segurança das IPES – Campo Grande/MS
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
DEZEMBRO	
DEZEMBRO	

UnB – Pavilhão Múltiplo Uso - Bloco C - Sala C-1-07 – Campus Universitário Darcy Ribeiro Cep 70.919-970 - C. Postal 04539 – Asa Norte -
Brasília – DF - Fones: (61) 3349.9151 - Fax (61) 3349.1571 - E-mail: fasubra@fasubra.org.br –
Home Page: <http://www.fasubra.org.br>